

## **Discurso de Posse – Presidente Alison Souza**

*Instituto Servir Brasil – 9 de setembro de 2025*

Senhoras e senhores,

É uma grande honra estar aqui hoje, neste espaço tão simbólico para o país, entre artistas do quilate de Athos Bulcão e Marianne Peretti, e entre amigos e companheiros de luta da envergadura de cada uma das senhoras e dos senhores. Este momento, que marca nossa recondução à Diretoria do Instituto Servir Brasil, mais do que uma cerimônia, é uma oportunidade de refletir sobre o papel do Estado que queremos, sobre os desafios que temos diante de nós e sobre a missão que nos une: fortalecer o serviço público e, com ele, a própria democracia brasileira.

Quando refletimos sobre o momento em que vivemos, é inevitável falar do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social do nosso país. E nós, aqui, sabemos muito bem que o Estado não é um obstáculo ao crescimento, mas sim um motor fundamental para promover inclusão, reduzir desigualdades e oferecer condições para que o país avance. É nesse ponto que precisamos concentrar os nossos esforços e o nosso olhar.

O Brasil enfrenta, neste instante, um debate profundo sobre a organização do Estado. E me refiro aqui não apenas à nova proposta de reforma administrativa em pauta do Congresso Nacional. Trata-se de decidir que projeto de país queremos construir. Participar desses debates não é uma opção: é um dever de todos nós que acreditamos na democracia e na capacidade transformadora do serviço público.

E é nesse contexto que a importância de existir algo como o Instituto Servir Brasil fica mais evidente. O Brasil precisa de um espaço qualificado, técnico e democrático que acompanhe de perto o Parlamento e ajude a orientar suas decisões. Nosso foco é o Congresso Nacional. É aqui que se definem os rumos do Estado brasileiro e, portanto, é aqui que temos que estar presentes – defendendo um Estado cada vez mais capaz, mais eficiente, mas também mais justo e comprometido com a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento social e econômico.

A Frente Servir Brasil nasceu com um propósito muito claro: unir parlamentares de diferentes partidos, de todas as regiões do país, em defesa do serviço público. Hoje, sob a presidência do Deputado André Figueiredo (PDT/CE) — que nos honra com sua presença

nesta solenidade — a Frente congrega cerca de 200 deputados e senadores comprometidos com essa causa comum.

Sua Mesa Diretora é, por si só, um exemplo do que defendemos: a capacidade de superar divergências partidárias em nome de um projeto maior para o Brasil. Compõem essa liderança o Senador Weverton Rocha (PDT/MA), como 1º Vice-Presidente; o Senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), como 2º Vice-Presidente; e o Deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), como Secretário-Geral. Essa composição demonstra que, quando o assunto é o fortalecimento do Estado e a valorização do serviço público, é possível construir pontes acima das diferenças ideológicas.

E aqui faço um parêntese para registrar um agradecimento especial ao deputado André e à sua equipe, que lideram a Frente com espírito de diálogo e colaboração, e também foram fundamentais para viabilizar a realização desta cerimônia. Sem esse apoio generoso e comprometido, não estaríamos reunidos aqui hoje celebrando este momento.

Essa pluralidade e essa capacidade de articulação são a marca da Frente Servir Brasil. Mas sabemos que, na prática, apesar de sua enorme relevância, as frentes parlamentares não dispõem de uma estrutura própria oferecida pelas Casas. O trabalho cotidiano acaba recaindo sobre os gabinetes dos parlamentares e suas equipes, que já carregam naturalmente as inúmeras responsabilidades de seus mandatos.

Foi justamente para suprir essas lacunas — e oferecer um suporte técnico que complemente esse esforço — que nasceu o Instituto Servir Brasil. O Instituto existe para dar musculatura à Frente: para que ela tenha condições de reunir parlamentares, mas também atores da sociedade civil, dirigentes sindicais, acadêmicos e formadores de opinião em torno de uma pauta positiva de Estado, em torno de um projeto de país que transcenda interesses imediatos e olhe para o futuro.

Quais são, então, nossos objetivos para os próximos três anos de gestão? Eu diria que o primeiro é promover a unidade entre os servidores. Hoje, infelizmente, nos encontramos fragmentados. Por vezes, nossos sindicatos e associações perderam de vista sua função social mais ampla e se voltaram excessivamente para dentro, para disputas corporativas que nos afastaram do diálogo com a sociedade e com os demais atores da vida nacional. Esse caminho precisa ser corrigido. Precisamos voltar a dialogar, a mostrar que defender o serviço público é defender o cidadão, é defender o país.

Se quisermos recolocar o serviço público no centro do debate nacional,

precisamos, antes de tudo, ampliar a nossa visão. Por muito tempo, nós nos fechamos em pautas corporativistas, falando apenas para dentro, defendendo apenas as nossas próprias categorias. E isso nos afastou do verdadeiro centro de decisão, que é a construção de um projeto de país.

Nosso primeiro papel daqui para frente é ampliar essa visão. Não podemos nos contentar em falar apenas dos nossos direitos, das nossas carreiras, das nossas pautas internas. Isso é importante, claro, mas é insuficiente. O Brasil exige mais de nós. Exige que tenhamos uma visão de nação. Que sejamos capazes de mostrar como o serviço público pode ser a alavanca do desenvolvimento, da justiça social e da democracia.

E, para que essa visão de país seja possível, é fundamental termos entidades fortes e sustentáveis. Desde a reforma trabalhista de 2017, que suprimiu uma importante forma de financiamento das entidades, muitos sindicatos e associações passaram a enfrentar enormes dificuldades para se manter e se adaptar à nova realidade. E sem sustentabilidade não há como planejar, contratar equipes, investir em estudos, organizar eventos, estar presentes no debate público.

A essa dificuldade soma-se uma questão elementar: a dispensa de servidores para o exercício de mandatos sindicais. Embora a Constituição assegure esse direito, em muitos casos a remuneração do dirigente é suspensa durante o afastamento. E isso é um contrassenso. Como esperar que alguém se dedique plenamente à missão de representar seus pares se, ao assumir essa responsabilidade, fica sem condições mínimas de subsistência?

Muitas entidades não dispõem de recursos para custear essa remuneração, e, sem a dispensa efetiva e garantida, o dirigente sindical acaba tendo de conciliar suas atribuições no local de trabalho com a representação coletiva. Esse ponto é central: porque um movimento associativo fragilizado significa servidores desorganizados e, portanto, sem voz no espaço político. E um país em que o servidor não tem voz é um país mais vulnerável a retrocessos — porque quem perde, no fim das contas, é a sociedade, que deixa de contar com instituições capazes de defender o interesse coletivo.

Outro grande objetivo é a produção de conhecimento. Porque não basta ter convicções; é preciso fundamentá-las. Precisamos oferecer insumos concretos, dados e evidências que permitam aos parlamentares, aos jornalistas e à sociedade compreenderem a importância do serviço público e o que está em jogo em cada debate. Sem isso, ficamos à

mercê de narrativas distorcidas, que tantas vezes já tentaram deslegitimar o trabalho dos servidores.

Cito um exemplo: em 2020, o Instituto Millenium lançou uma campanha afirmando que o Brasil gastava 3,5 vezes mais com a folha de pagamento dos servidores públicos do que com saúde, e o dobro em relação à educação. Parece alarmante, não é? Mas havia um detalhe — simplesmente retiraram os salários dos médicos e demais profissionais da área da conta da saúde e o salário dos professores da conta da educação. Ora, como se fosse possível fazer saúde sem médicos e enfermeiros e educação sem professores! É dizer ao povo brasileiro que investir no profissional que salva vidas não é investir em saúde. É como querer uma escola sem professores. Um verdadeiro absurdo.

E o mais grave é que esse tipo de dado equivocado, amplificado pela mídia, gera indignação na população contra os servidores públicos, como se fôssemos responsáveis por todos os males do país. É preciso denunciar essa prática, porque uma democracia séria não pode se sustentar em cima de números falsos ou distorcidos. O debate sobre o Estado precisa ser honesto, transparente e baseado em evidências reais.

Mas não basta indignação, não basta discurso. Precisamos apresentar números e argumentos que mostrem por que investir no serviço público é investir no país. Só assim conseguiremos disputar corações e mentes, não na base de slogans, mas na base de fatos.

E é aqui que entra um dos maiores desafios que enfrentamos no curto prazo: a polarização política. O Brasil chegou a um nível de disputa tão brutal que qualquer debate de país acaba em segundo plano. Vale tudo. Vale a provocação, vale a desinformação, vale até o flerte com soluções autoritárias, tudo em nome da luta pelo poder.

Esse “vale tudo” político contaminou o ambiente nacional. Hoje, não importa se uma ideia é boa ou ruim: o que importa é de onde ela vem. Se nasce de um lado, será automaticamente combatida pelo outro. Não se discute o mérito, não se analisa o impacto real sobre a vida das pessoas. O resultado é que as políticas públicas deixam de ter foco no interesse coletivo e passam a servir a disputas imediatas de poder. E, nesse processo, o país perde. Perde o debate sério, perde a capacidade de planejamento, perde a chance de construir consensos mínimos em torno de um projeto de desenvolvimento.

Quando esse é o ambiente, números não valem, evidências não valem, a realidade não vale. O que passa a valer é apenas a conveniência política de quem ocupa

momentaneamente o poder. Esse, para mim, é o principal desafio que temos no curto prazo: recolocar o projeto de país acima das disputas de poder. Precisamos resgatar a ideia de que existem causas e valores que não pertencem a um partido ou a uma corrente ideológica, mas pertencem à nação brasileira.

O Brasil não pode ser refém de uma disputa permanente pelo poder. Precisamos reafirmar algo muito simples, mas que às vezes se perde no barulho da política: o rumo vem antes do governante. Não importa quem esteja no poder, importa é que o país saiba para onde vai, quais são suas prioridades, quais são os caminhos que escolhe para alcançar o desenvolvimento. É esse ambiente que precisamos enfrentar com coragem, oferecendo insumos técnicos, propostas sérias e uma voz serena, mas firme, em defesa do serviço público e da democracia.

Outro desafio de médio prazo é a adaptação aos novos tempos. O mundo mudou radicalmente nos últimos dez anos, sobretudo no campo da comunicação. Hoje, as redes sociais e os meios digitais são o principal espaço de disputa de narrativa. E, sejamos francos, nós, servidores, entidades, sindicatos, não acompanhamos essa mudança com a velocidade necessária. Enquanto outros grupos souberam ocupar o espaço digital, falando diretamente à sociedade, nós, muitas vezes, permanecemos restritos a uma linguagem interna, voltada apenas para nós mesmos.

E essa falta de adaptação não é apenas comunicacional. O mundo do trabalho também está se transformando de maneira brutal com o avanço da tecnologia. A inteligência artificial, por exemplo, não é mais uma previsão distante: ela já está entre nós e vai acelerar transformações em todas as áreas, inclusive no setor público. Como nos preparamos para lidar com isso? Como vamos garantir que o avanço tecnológico não resulte em precarização do trabalho, em perda de direitos ou em substituição massiva de pessoas por máquinas?

Essa não é uma dificuldade apenas nossa, é um desafio global. Empresas, governos e sociedades no mundo inteiro ainda buscam respostas. Mas justamente por isso, nós, como representantes de servidores, precisamos estar na linha de frente dessa reflexão. Porque se ficarmos apenas reagindo, se não formos capazes de pensar criticamente e propor soluções, corremos o risco de sermos atropelados por esse processo que já está em curso.

Portanto, além de enfrentar a polarização política no curto prazo, precisamos fortalecer nossas entidades no médio prazo e, ao mesmo tempo, preparar o serviço público para os desafios de um futuro que já começou. E tudo isso só será possível com mais união,

mais diálogo e mais visão de país.

Como podemos ver, os desafios que se colocam diante de nós são grandes e complexos. Alguns já conhecidos, outros mais recentes, fruto de um mundo em rápida transformação. O que todos eles têm em comum é a exigência de novas respostas. Não basta repetir velhos caminhos: precisamos fortalecer nossa capacidade de análise, ampliar nossa articulação e aprimorar nossa atuação coletiva. Só assim estaremos à altura das mudanças que marcam este tempo e poderemos oferecer respostas consistentes à sociedade.

Até porque, somado a tudo isso, há outro desafio que talvez seja o mais perigoso: a própria transformação da política. O modo como se organiza o poder no Brasil e no mundo mudou radicalmente com o advento das redes sociais. Hoje, grupos organizados na internet têm uma influência desproporcional sobre o debate público, muitas vezes ditando a pauta com base em narrativas fabricadas.

Essa realidade se torna ainda mais assustadora quando observamos o fenômeno que alguns especialistas já chamam de “internet morta”. Cada vez menos o conteúdo que circula nas redes nasce de interações genuínas entre pessoas. O que vemos, em grande parte, são robôs e sistemas de inteligência artificial produzindo, replicando e manipulando mensagens — muitas vezes guiadas por algoritmos que, longe de serem neutros, obedecem a interesses específicos. E isso influencia de forma direta a sociedade. As pessoas acreditam que estão dialogando umas com as outras, quando, na verdade, estão sendo conduzidas por mecanismos que moldam percepções, opiniões e até decisões coletivas.

Ora, se a política já enfrenta dificuldades enormes para oferecer soluções concretas, o que dizer de um cenário em que o debate público é capturado por robôs? O resultado é a fragilização da democracia e o risco de uma erosão ainda mais profunda da confiança da sociedade nas instituições.

E não se trata apenas de um problema brasileiro. Esse é um fenômeno global. Vimos recentemente desmontes profundos do serviço público em países que, historicamente, eram referência, como os Estados Unidos. Vimos o mesmo acontecer em países vizinhos da América Latina, como a Argentina. São exemplos que acendem um alerta vermelho para todos nós.

Menciono aqui experiências ocorridas em governos de direita, mas não se trata

de uma crítica à direita. É importante deixar claro: nossa posição é suprapartidária. O que criticamos não são orientações políticas ou ideológicas, mas medidas concretas que fragilizam o serviço público e, com isso, enfraquecem a democracia e prejudicam a sociedade. O Instituto Servir Brasil existe justamente para ser um espaço de união, não de divisão; de inclusão, não de sectarismo.

Mas é fato que essas experiências revelam um padrão perigoso: governos que, para realizar seus objetivos imediatos, recorrem ao enfraquecimento da democracia. Diminuem o espaço de participação social, atacam a burocracia estatal, transferem funções estratégicas do Estado para interesses privados. Chegam ao absurdo de colocar empresários do setor de comunicação e informação para gerir a política de informação de um país. É um conflito de interesse gritante, inaceitável, que compromete a própria essência da democracia. E o mais preocupante é que parte da sociedade, cansada de dificuldades, tem aceitado esse tipo de medida autoritária como se fosse algo normal, como se fosse um caminho inevitável.

Diante desse cenário, precisamos reforçar a cooperação internacional. Não podemos enfrentar sozinhos desafios que são globais. Recentemente, tivemos a experiência de participar, em Brasília, o Congresso da Confederação de Trabalhadores Legislativos da América Latina e Caribe (Contlac), que nos mostrou como a articulação entre diferentes países e entidades pode ajudar a resistir a esse processo de desmonte. Precisamos aprender com essa experiência e ampliá-la. Precisamos construir pontes, trocar informações, somar forças, porque a luta em defesa do serviço público e da democracia é, cada vez mais, uma luta planetária.

Meus amigos e minhas amigas, quando se enfraquece o serviço público, enfraquece-se a democracia. O SERVIÇO PÚBLICO É A DEMOCRACIA. Não é uma metáfora, é uma realidade. Democracia não existe apenas como conceito abstrato; ela só se concretiza quando há instituições sólidas, confiáveis e respeitadas. Quando existe um corpo de servidores que, independentemente de quem esteja no governo, garante a continuidade das políticas públicas, a aplicação das leis e a defesa dos direitos da sociedade.

Se esse corpo é colocado em xeque, se as instituições deixam de ser respeitadas, se cada decisão pode ser relativizada ao sabor de conveniências políticas, então a democracia deixa de existir de fato. O que sobra é o exercício arbitrário do poder: cada um decide por si, cada governante impõe sua vontade, e a ordem social se rompe.

É claro que a democracia tem falhas e está sempre sujeita a críticas. Mas,

apesar de todas as imperfeições, ela continua sendo a melhor forma de governo que a humanidade já conseguiu construir. É nela que encontramos o espaço para corrigir rumos, para ouvir vozes divergentes, para buscar consensos possíveis. Defender a democracia não é defender um partido ou uma ideologia: é defender a liberdade, a justiça e a possibilidade de um futuro comum.

E o elemento central da democracia é a confiança. Confiança de que as instituições cumprem seu papel; confiança de que o servidor público age com fé pública e responsabilidade; confiança de que o interesse coletivo está acima de interesses pessoais ou de grupos. Quando essa confiança é solapada, quando se mina a credibilidade das instituições, o resultado inevitável é a fragilização da democracia.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a defesa dos servidores ou das entidades que representamos. Se o servidor público é a personificação da democracia, então não há dúvida: qualquer ataque ao serviço público é, em última instância, um ataque à própria democracia.

É justamente por isso que precisamos olhar com tanta atenção para o debate da reforma administrativa que se aproxima no Congresso Nacional. A expectativa é de que o texto seja apresentado nos próximos dias. E aqui eu quero ser muito claro: ninguém é contra a evolução do Estado. Pelo contrário. Nós, mais do que ninguém, sabemos que o mundo muda em velocidade acelerada e que o Estado precisa acompanhar essas mudanças. Precisamos de instituições ágeis, capazes de dar respostas rápidas, de se adaptar a novas realidades, de oferecer serviços melhores e mais eficientes à população.

O problema não está na ideia de reformar. O problema está na forma como se propõe reformar. Uma coisa é ajustar um ponto, corrigir uma falha, modernizar processos. Outra coisa muito diferente é apresentar um pacote com dezenas e dezenas de medidas ao mesmo tempo, algumas até interessantes, mas muitas sem clareza, sem debate, sem estudo aprofundado. Isso não é uma reforma; é um salto no escuro.

Há propostas boas nesse processo de discussão. Algumas ideias têm mérito e devem ser consideradas. Um exemplo é a proposta de obrigar o governante de plantão a apresentar, nos primeiros 180 dias de mandato, um plano detalhado de governo. Isso é positivo. Significa mais planejamento, mais transparência, mais clareza de metas. Também orienta a própria avaliação de desempenho dos servidores, que passam a ter parâmetros claros a seguir. É uma medida que pode melhorar a gestão pública e dar mais racionalidade

às políticas de Estado.

A própria discussão sobre os chamados supersalários é importante. É evidente que esse tema precisa ser enfrentado. Não podemos nos furtar a esse debate. É necessário discutir qual deve ser a política remuneratória no Brasil, qual deve ser o teto, como corrigir distorções que se acumulam ao longo do tempo. O teto remuneratório está hoje profundamente defasado. Perdeu poder de compra, deixou de cumprir o papel de referência e abriu espaço para brechas e manobras que ampliam desigualdades.

É importante destacar, porém, que esse debate precisa ser feito com serenidade. Porque a verdade é que a maioria dos servidores públicos brasileiros ganha pouco. Mas também é verdade que existe um grupo que ocupa funções estratégicas, sem as quais o Estado não funciona, e que precisa ser bem remunerado para que a sociedade não perca em qualidade de serviços. O ponto central é encontrar um equilíbrio: uma política que seja justa, que respeite o dinheiro público, mas que também valorize o trabalho essencial daqueles que carregam responsabilidades decisivas para o país.

Por outro lado, precisamos estar atentos a propostas que parecem positivas à primeira vista, mas escondem riscos sérios. Refiro-me, em especial, à questão dos trabalhadores temporários. É claro que regulamentar esse tipo de vínculo pode ser importante. Hoje, a realidade do temporário é extremamente precária, e dar a essas pessoas direitos e garantias trabalhistas é algo positivo.

No entanto, há uma armadilha evidente. Se não colocarmos limites claros, a contratação de temporários pode se transformar em regra, e não em exceção. E o que acontece nesse caso? O Estado deixa de formar um núcleo de servidores estáveis, com autonomia e independência, capazes de resistir a pressões políticas e de assegurar a continuidade das políticas públicas.

Sem servidores efetivos, o serviço público perde memória institucional, perde know-how, perde a capacidade de planejamento. O conhecimento e a experiência passam a ser transferidos para empresas privadas, o que deixa o Estado refém. Refém dos contratos, refém da lógica de mercado, refém de interesses que não são necessariamente os da sociedade.

E como se não bastasse, essa proliferação de vínculos cria um quadro caótico dentro do próprio serviço público. Temos servidores efetivos, com garantias constitucionais; comissionados, muitas vezes em condições precárias; temporários, sem estabilidade; e até

PJs, contratados de forma cada vez mais comum em alguns órgãos. É uma verdadeira colcha de retalhos.

Essa fragmentação enfraquece não só a defesa coletiva dos trabalhadores, mas também a capacidade de articulação e organização em torno do interesse da sociedade. Como representar de forma coesa categorias que têm regimes, direitos e desafios tão distintos? É praticamente impossível.

Já vivemos esse problema no passado recente com as reformas da Previdência, que criaram múltiplas categorias de servidores: uns com paridade, outros sem; uns sob o regime tradicional, outros sob a previdência complementar. Essa divisão, ao invés de fortalecer, apenas enfraqueceu a luta coletiva e dificultou a defesa do serviço público como um todo.

Reconhecer esses pontos é fundamental. O grande problema é que, até o momento, o que temos não é um texto concreto, mas apenas premissas. Passamos meses discutindo intenções, intenções que, até agora, não se traduziram em propostas claras. E como avaliar algo que não existe? Como dizer se é bom ou ruim, se vai melhorar ou piorar, se vai trazer eficiência ou apenas enfraquecer o funcionamento do Estado? Sem um texto em mãos, sem transparência, qualquer julgamento se torna impossível.

E para piorar, o processo está sendo conduzido de forma apressada e superficial. Não há debate consistente, não há audiências amplas, não há escuta real da sociedade ou das entidades representativas. O que há, muitas vezes, são falas cronometradas de três minutos, incapazes de aprofundar um tema tão decisivo para o futuro do país.

É preciso dizer com todas as letras: reformar o Estado exige calma, cuidado, responsabilidade. O que está em jogo é a espinha dorsal da democracia brasileira. Uma reforma conduzida de forma apressada, sem o devido debate e sem transparência, não corrige distorções, mas pode aprofundá-las. Em vez de fortalecer, fragiliza. Em vez de tornar o Estado mais eficiente, compromete sua capacidade de servir à sociedade.

E é exatamente por isso que o papel do Instituto Servir Brasil será fundamental nesse processo. Cabe a nós acompanhar cada passo da tramitação, analisar cada proposta com rigor técnico, apresentar dados, evidências e alternativas. Cabe a nós mobilizar, dialogar com os parlamentares e esclarecer a sociedade sobre o que está em jogo. Não seremos intransigentes nem obstrutivos, mas também não seremos cúmplices de medidas que

prejudiquem a sociedade. Nossa voz será sempre a voz da responsabilidade, da técnica e do compromisso com o Brasil.

E é importante lembrar: o Instituto não é uma abstração. Ele tem o tamanho das entidades que o compõem e da dedicação de cada dirigente e cada categoria que aqui está representada. São quase 30 organizações reunidas, vindas de diferentes áreas do serviço público, que dão voz e legitimidade a esta casa comum. É da união de todos nós que virá a força necessária para garantir que este debate seja feito com seriedade. Porque, no fim das contas, não se trata apenas de defender os servidores. Trata-se de defender a democracia e o direito de cada brasileiro a um Estado capaz de servi-lo com qualidade, justiça e eficiência.

Senhoras e senhores, não é a suposta rigidez do serviço público que atrapalha a boa gestão. O que atrapalha é a desorganização, é a falta de planejamento, é o imprevisto que domina grande parte da administração pública brasileira. E diante dessa realidade, qual é a solução que se apresenta? Contratar profissionais com menos direitos, pagar salários menores, precarizar vínculos. Ora, que tipo de eficiência pode surgir daí? Que profissional qualificado aceitará entrar no serviço público em condições cada vez piores?

Ao enfraquecer o servidor, nós enfraquecemos também a sociedade. Porque o servidor é, em última instância, o representante do cidadão dentro do Estado. É ele quem garante que as políticas não mudem ao sabor do governante de plantão, é ele quem assegura que o interesse público prevaleça sobre o interesse político. Quando retiramos poder do servidor e o transferimos para o governante do momento, estamos, na prática, retirando poder da sociedade.

Essa é a escolha que está sendo feita. Estamos diante de um dilema: fortalecer a autonomia do serviço público ou entregar mais poder ao governante de plantão. Precisamos nos perguntar com seriedade: essa escolha é boa para o país? Nós acreditamos que não.

Por isso, o recado que quero deixar hoje é simples e direto: o Brasil precisa deixar de ser o país do futuro e se tornar, de uma vez por todas, o país do presente. Precisamos de um Estado forte, de um Estado bem gerido, de um serviço público valorizado e à altura dos desafios que o Brasil enfrenta.

Esse é o compromisso do Instituto Servir Brasil: defender um debate honesto, técnico e responsável, que não se limite a slogans fáceis, mas que enfrente de frente os dilemas e as contradições do nosso tempo.

Enfraquecer o serviço público é condenar o país à promessa eterna de um



INSTITUTO  
**Servir**  
Brasil

futuro que nunca chega. Fortalecê-lo é construir, aqui e agora, a democracia e o desenvolvimento que o nosso povo merece. É por isso que estamos aqui. É por isso que existe o Instituto Servir Brasil. E é por isso que conto com cada uma e cada um de vocês nessa caminhada.

Muito obrigado.